

# Ciber-cidadania em rede: mobilização e articulação virtual do movimento ocupaminc-MA

José Ferreira Junior  
Conceição de Maria Belfort de Carvalho  
Donny Wallessons dos Santos  
Marcelo Seabra Nogueira Mendonça Lima

## **Resumo**

*A reflexão acerca da ciber-cidadania em rede desenvolvida pelo movimento OcupaMinC-MA objetiva analisar sua organização com foco nas formas de articulação no meio virtual. Apresenta reflexões sobre processos, categorias e práticas inerentes às formas de organização social em rede. Analisa a página oficial da ocupação em questão no site Facebook a fim de verificar os mecanismos de ciberativismo e ciber-cidadania que o movimento utilizou para articular seus protestos, aliada ao arcabouço teórico de autores como Lévy (1999, 2002, 2003, 2017), Castells (2013), Cremades (2009), Di Felice (2013), Duran (2008), Kunsch (2018), Recuero (2005), Santos (2013), dentre outros, que discutem noções de cibercultura, sociedade em rede, comunidades virtuais, ciber-cidadania, ciberespaço, micropoder, ocupações artísticas e conceitos base sobre movimentos sociais. Resulta na percepção do OcupaMinC-MA enquanto movimento de ocupação artística que se utilizou do ciberativismo como ferramenta de mobilização e articulação social, com potencialidades para novos estudos do conteúdo produzido em sua página do Facebook para compreensão da concepção de ciber-cidadania.*

**Palavras-chave:** *OcupaMinC-MA. Sociedade em rede. Ocupação Artística. Cibercidadania. Extinção do MinC.*



## Introdução

Em rede a sociedade se organiza. Para Castells (2000), essa afirmação vai além de apenas uma ótica para compreender o contemporâneo paradigma da organização social, abrangendo um nível de reflexão mais profunda. Ao lançar um olhar sobre as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), o autor identifica um processo dialético em seu uso: ao passo que são criadas pelo Homem, ao Homem promovem mudanças em suas práticas comportamentais. Onde antes se tinha cartas, correspondências e telegramas, agora se tem também mensagens instantâneas, comunicações agenciadas por computadores e múltiplos níveis de conexão em rede.

Colocam-se em foco os reflexos desse novo paradigma nos processos comunicacionais e na organização social. Para Lemos (2008), essa incorporação das TICs na sociedade se dá pela relação simbiótica emergente das telecomunicações entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias da microeletrônica, resultando em profundas mudanças no comportamento social. Em primeira instância, fatores geográficos não mais são empecilhos para a troca de informações, basta ter acesso a uma TIC e estar conectado à internet para se comunicar com alguém em qualquer lugar do mundo.

Instaura-se então uma onda tecnológica que a todos conecta no mesmo banho de comunicação interativa (LEMOS, 2008). Com isso, cabe elencar uma problematização no cerne desse artigo: se em rede nos organizamos, em rede também protestamos? Castells (2013) crê que sim. E não apenas crê nessa possibilidade, como aponta as redes virtuais como um forte vetor para os movimentos sociais em sua obra **Redes de indignação e esperança**, as quais não somente intitula sua análise dos movimentos sociais contemporâneos, mas também as situa como bússola para orientar o olhar acerca dessas novas práticas de ocupação e luta social.

A transição do virtual para o empírico pode ser vista nos movimentos de ocupação dos prédios do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em diversas capitais brasileiras. O ato, como pontua Barbalho (2017), foi desencadeado pela crise gerada em virtude da extinção do Ministério da Cultura (MinC), pelo governo interino de Michel Temer, amplamente divulgada no campo midiático, haja vista o poder simbólico da cultura para a produção de notícias na agenda da mídia nacional.

Nessa assertiva, este trabalho debruça-se especificamente sobre o *OcupaMinC-MA*, movimento de ocupação do IPHAN do Maranhão, como estratégia de impor pressão para a restauração do MinC e diversas outras pautas agregadas no decorrer do ato. É importante ressaltar que um dos autores deste artigo participou ativamente do movimento na condição de ocupante em tempo integral, do início ao fim, participando diretamente da organização, articulação, assembleias, grupos de trabalho e contato direto com grupos culturais e movimentos sociais que contribuíram com atividades da programação cultural realizada, acarretando em alguns relatos pessoais descritivos das ações desenvolvidas durante a ocupação. Assim, disserta-se em três seções acerca da organização social em redes, como mecanismo de mobilização e articular-

lação social, das concepções de micropoder, cidadania e suas configurações no ciberespaço e, por fim, tratar-se dos movimentos de ocupação, com foco na articulação e mobilização gerada pela sua página na plataforma *Facebook*, ideia de micropoder gerada especificamente pela ocupação ocorrida no prédio do IPHAN de São Luís.

### **A luta social em redes: entre o real e o virtual, o Ocupa-MinC-MA se articula**

Com o desenvolver do ser humano, a organização em redes se tornou uma prática comum a todos os povos, por mais diferentes que sejam os comportamentos sociais que permeiam determinada população. Cabe compreender que, entre si, a sociedade se organiza em redes – seja em prol de um culto, um objetivo maior, um líder, ou simplesmente para maximizar a sobrevivência individual (MIZRUCHI, 2006).

O que Castells (2000, p. 497) põe em cheque ao inserir as TICs no ambiente da organização social é o reflexo que essas tecnologias promovem a tais práticas organizacionais. Nessa linha de pensamento crê-se que tais tecnologias não são formadoras da sociedade, mas sim incorporadas por elas, de forma a promover novas formas de agenciamentos, assim como mediações que alavancam os processos sócio-comunicacionais dos indivíduos.

Redes constituem a nova morfologia de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social. (CASTELLS, 2000, p. 497)

Imersa em um banho tecnológico, a sociedade se aprofunda em novas práticas de interação social, das quais Lévy (1999; 2002; 2003) identifica dois formatos: como cibercultura (em nível de práticas culturais e comportamentais na internet) e ciberespaço (o ambiente virtual ocupado em rede, tornando praticáveis a nuance da cibercultura). No coração desse novo paradigma de organização social, assim como novos espaços virtuais para as redes se organizarem e ocuparem, denota-se um padrão de organização social mais específico e inerente à cibercultura: as comunidades virtuais.

Ao inserir a ocupação social em um antro do ciberespaço é possível “dispor de um espaço qualitativo, dinâmico, vivo da humanidade em vias de se auto-inventar, produzindo seu mundo.” (LÉVY, 1999, p 15). E nesse novo mundo rizomático e autopoietico, cujas relações de poder se tornam mais horizontais e menos hierárquicas, onde há inteligência coletiva, uma organização colaborativa e uma conexão instantânea, ao mesmo tempo local e global, localiza-se o cerne das comunidades virtuais.

Para Recuero (2005), a teorização do que é uma “comunidade” tem seu ber-

ção na episteme da sociologia, que em um primeiro momento atrelou o conceito de “comunidade” para apenas organizações de núcleos familiares. Mas, com a evolução do pensamento sociológico, tal concepção se torna mais branda, passando a transcender de apenas uma organização familiar, para organizações sociais entre grupos humanos.

Na origem do termo, as primeiras considerações sobre comunidades virtuais as consideram como agregados sociais emergentes da Internet, formando redes de relações pessoais no espaço cibernético a partir da participação de um número considerável de sujeitos nas discussões públicas (RECUERO, 2005).

Ao adentrar no mérito das redes sociais em que tais comunidades virtuais se organizam, é possível, sob a ótica de Garton, Haythornthwaite e Wellman (1997, p. 75), conceituá-las de forma generalista e universal como todo e qualquer relacionamento agenciado pela multiconexão de indivíduos mediadas por tecnologias conectadas à internet.

Quando uma rede de computadores conecta pessoas ou organizações, ela é uma rede social. Da mesma forma que uma rede de computadores é um conjunto de máquinas conectadas por cabos, uma rede social é um conjunto de pessoas (ou organizações ou outras entidades sociais) conectadas por relações sociais, como amizades, trabalho conjunto, ou intercâmbio de informações. (GARTON, 1997, p. 75)

É possível, então, refinar a problematização proposta acima com a seguinte pergunta: se em rede nos organizamos e formamos comunidades virtuais, de que forma tais comunidades podem articular movimentos e lutas sociais? Para dar início à busca e responder a esse problema, se faz necessária uma aproximação ao pensamento de Tarja (2002, p. 43) no qual, mesmo tendo esse caráter de livre formação, as comunidades virtuais, em grande medida, são formadas diante um objetivo democrático comum aos seus indivíduos. Ao pôr em foco o caráter colaborativo de tal prática de organização, podemos entendê-las como:

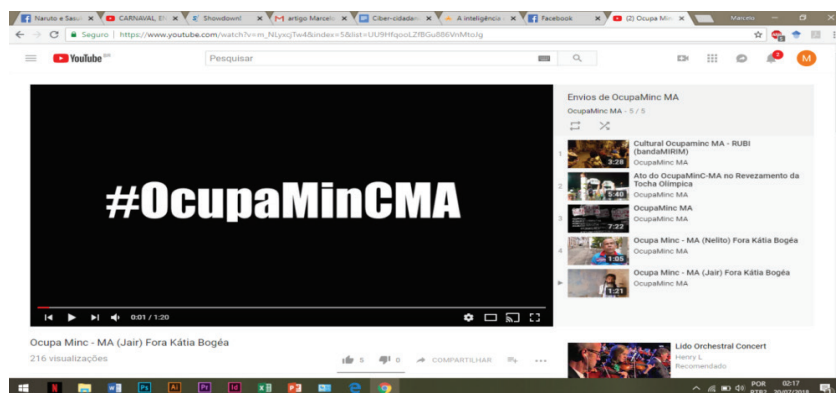
[...] um conjunto de pessoas que estão interligadas entre si de forma democrática a partir de um propósito previamente definido e que utilizam o ciberespaço como um dos ambientes para a troca de experiências, informações e construção de novos saberes. As comunidades virtuais são constituídas, principalmente, pelas relações de colaboração e cooperação entre os membros dos grupos que a compõem. São as relações de colaboração e cooperação que mantêm as comunidades virtuais vivas. Enquanto existirem tais relações, as comunidades sobreviverão podendo, inclusive gerar novas comunidades. (TARJA, 2002, p. 43)

Ao compreender a composição das comunidades virtuais, é necessário esmiuçar os pormenores dessa forma de organização virtual. Para Lévy (2000, p. 17), esse gênero de comunidade “[...] se constrói e se estende através da interconexão das mensagens entre si, por meio de sua vinculação perma-

nente com as comunidades virtuais em criação, que lhe dão sentidos variados e renovação permanente”. A organização virtual permite que tais formas de comunidade se desvançam do texto, tendo como fundamental princípio para sua perpetuação e manutenção as interações entre si.

Tamanha capacidade de articulação e organização social torna possível o que Lévy (2003, p. 28) conceitua como inteligência coletiva, sendo esta “[...] distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências”. Ao ter em foco a organização social virtual em prol de um objetivo comum, como no caso do *OcupaMinC-MA*, a formação de uma inteligência coletiva se dá pela “[...] capacidade das comunidades virtuais de alavancar a expertise combinada de seus membros” (JENKINS, 2008, p. 54)

Ao unir as competências e qualidades individuais, em prol de uma causa que dá coesão ao movimento, a inteligência coletiva também não se limita única e exclusivamente ao meio virtual. Como se observa no *OcupaMinC-MA*, a pluralidade de perfis e habilidades dos seus integrantes conferiu ao movimento a capacidade de reivindicação e sensibilização, unindo as diversas histórias e depoimentos de artistas e produtores culturais de São Luís (Figura 1), a mensagem se fortalece, os ideais são firmados e as exigências são postas na mesa.



**Figura 1** – Vídeo produzido pelo *OcupaMinc-MA* em campanha contra a diretora do IPHAN Nacional.

**Fonte:** Youtube, 2018.

Se em rede nos organizamos, em rede lutamos. Ao inserir movimentos sociais no contexto da cibercultura, a potencialidade em formar comunidades virtuais mostra-se como um benéfico recurso para a sensibilização de acontecimentos locais, que podem naturalmente reverberar em nível mundial. De tamanha sensibilidade, a união e de tal união, novos processos de ocupação social. Como aponta Castells (2013), os novos movimentos (ciber) sociais não se restringem apenas às mediações virtuais, muito pelo contrário, do ciberespaço toma-se o espaço físico, pois as redes de indignação e esperanças são fortes demais para serem apenas virtuais.

Observa-se que a linha entre a manifestação física e virtual se torna cada

vez mais tênue, não sendo possível que um movimento se delimite unicamente pelo espaço físico, assim como não se desenvolva única e exclusivamente pelo meio virtual. Percebe-se que o caráter híbrido do *OcupaMinC-MA* vale-se de iniciativas digitais para compor suas iniciativas, mas a ele não se limita. Em sua página oficial (Figura 2) tem-se o cerne do movimento: promover suporte (solicitando recursos, expondo as problemáticas, etc.), realizar chamadas para manifestações presenciais, sensibilizar a sociedade de seus propósitos, divulgar as iniciativas e tornar público e de livre acesso à realidade cotidiana do movimento (CASTELLS, 2013).



**Figura 2** - Articulação virtual que converge para o presencial.

Fonte: Facebook, 2018.

Ao adotar tal forma de articulação social, é possível tornar global um movimento de caráter local, de forma a atribuir a possibilidade de sensibilização em maior escala, assim como torna mais rizomático e horizontal a organização, tornando possível que o movimento perpetue e se desenvolva e gere um sentimento de identidade e pertencimento, visto que todos estão engajados em mesmo nível, sem uma figura pronunciada de liderança. (CASTELLS, 2013)

Após essa breve aproximação com as formas de articulação virtual do *OcupaMinC-MA*, cabe aprofundar as reflexões para outros níveis: sabe-se que os movimentos sociais contemporâneos transitam de forma livre entre os ambientes físico e virtual para se organizarem, mas até que ponto essa inserção no mundo virtual torna efetivo o exercício da cidadania? Seria possível que, apesar de grande potencial de proliferação e sensibilização, essa forma de ativismo crie, de fato, ativistas engajados em determinada causa? Ou apenas ativistas de sofá munidos de *likes*?

### Cidadania no ciberespaço: ciber-cidadão ou ativista de sofá?

É notável que a comunicação exerça um poder no mundo contemporâneo. Kunsch (2018) ressalta que este poder se dá mediante o controle da comuni-

cação, a qual se desenvolve em um espaço coletivo, imaterial e atemporal: o ciberespaço. Nele, conceitos antigos como o de cidadania, que acompanha a humanidade desde a pólis grega, precisa ir além de prerrogativas como igualdade dos indivíduos perante a lei ou do sufrágio universal. A cidadania precisou se reinventar para acompanhar as novas demandas políticas e sociais advindas da expansão da internet.

Castells (2013) apresenta-se como um dos principais entusiastas do papel da internet como instrumento de mudança social, a partir do pressuposto que os indivíduos poderão fortalecer-se em rede dividindo demandas universais, compartilhadas em tempo real, inspirando indignação e esperança aos quatro cantos do mundo.

Indo de encontro a isso, Oliveira (2011) crítica que as relações via redes sociais são frágeis, haja vista o distanciamento do indivíduo com a prática efetiva das ações políticas articuladas pelos movimentos, o que Xavier (2016) compreende como ações que não exigem engajamento efetivo, como *posts*, compartilhamentos e curtidas: o dito ativismo de sofá. Não obstante, tratando-se da participação dos sujeitos em movimentos de ocupação, Castells (2013) estabelece tanto os indivíduos que permanecem constantemente na ocupação, como os que colaboram virtualmente como peças fundamentais para a manutenção do movimento a partir da geração e difusão de conteúdos engajados com as pautas em discussão.

Para tratar do que é virtual Lévy (2017, p. 21) ratifica a falsa oposição entre real e virtual, entendendo a virtualização como um dos principais vetores de criação da realidade, no sentido de proporcionar uma desterritorialização do objeto, recortando a dimensão espaço-tempo e dando-lhes aspectos de “[...] ubiquidade, simultaneidade, distribuição irradiada ou massivamente paralela [...]”, denotando o conceito de ciberespaço enquanto uma migração da realidade empírica para a realidade virtual, não mantendo correspondência total com a primeira, mas trazendo novas categorias de relações e interações entre os indivíduos.

Observa-se que, mesmo indiretamente e distante da realidade empírica, o ativismo de sofá pode ser considerado o grande responsável pela difusão do movimento em escala global. A geração de conteúdo contínuo para a internet e a manutenção de respostas rápidas para os novos seguidores apresenta-se como valorosa estratégia de efetivar o exercício da cidadania através de cooptação de novos membros, fortalecendo, no caso, as ocupações.

Ao pensar a pauta da cidadania no que ele denomina de novos movimentos sociais, Santos (2013) destaca uma espécie de subjetividade-cidadania ao afirmar que a motivação desses sujeitos, além de política é anteriormente pessoal, social e cultural, mediante a prática da democracia participativa direta que, na perspectiva de Duran (2008), está presente nos coletivos de ocupação por meio do entrelaçamento entre o corpo do indivíduo e o corpo urbano, no sentido de estabelecerem-se vínculos sociais e afetivos nas relações pessoais e espaciais.

Considerando os movimentos sociais enquanto alavancas de mudança social, Castells (2013) aponta o padrão emergente de conexão em rede de múlti-



plas formas, enumerando-as de acordo com suas implicações na realidade empírica, isto é, categoricamente, “[...] embora esses movimentos geralmente se iniciem nas redes sociais da internet, eles se tornam um movimento ao ocupar o espaço urbano [...]”. Nesse sentido, Lemos (2003) refere-se ao ciberativismo enquanto práticas sociais associativas de utilização da Internet por movimentos politicamente motivados, com o intuito de alcançar suas novas e tradicionais metas, com o objetivo de dirimir a mediação de informações, além de promover ações livres e independentes (LEMOS, 2003).

Por sua vez, Di Felice (2013) defende que o ativismo digital não se restringe à internet, mas coloca-se como uma nova forma de ação social propiciada pela conectividade em redes e nas redes, constituindo a categoria de net-ativismo que, tal qual o ciberativismo, traz consigo a extrapolação espaço-temporal e o alargamento das ações sociais por meio da difusão de informações.

Por fim, para melhor ilustrar tais conceitos, destaca-se o estudo realizado por Tavares (2012) sobre o papel das redes sociais na Primavera Árabe de 2012, na qual a população utilizou-se do *Twitter*, *Facebook* e *Youtube* como principais ferramentas de mobilização e articulação, materializando, como propõe Pierre Lévy (2015, p. 29), “[...] uma inteligência distribuída por toda parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências [...]”.

Nessa assertiva, busca-se observar como o *OcupaMinC-MA* elaborou estratégias e desenvolveu suas ações de protesto aproximadas dos conceitos trabalhados até aqui, a partir da análise de alguns conteúdos gerados em sua página do *Facebook*, à luz dos conceitos de cibercidadania, ciberativismo, ocupações artísticas e movimentos sociais em rede.

### **Das redes às ruas: o movimento OcupaMinc-MA**

Há uma desconexão entre uma geração e outra que atua nos movimentos sociais, como um vazio de esperança dos militantes do século XXI, em virtude da diluição das lutas sociais em inúmeras frentes. Ademar Bogo (2010, p. 189) nos traz essa reflexão ao entender que a evolução tecnológica exige a revisão de posturas tradicionais dos movimentos sociais, pois “O século atual exige que a militância assuma a tarefa de politizar, mas também de animar as massas. A arte é patrimônio da classe trabalhadora, por isso tem um sentido revolucionário e deve-se recorrer a ela para melhorar a prática.”

Corroborando essa ideia de arte, Duran (2008) aponta os coletivos de ocupação como legítimos representantes da cidadania à medida que identificam os problemas de sua comunidade e encontram formas coletivas de resolvê-los, aproximando-se da ideia proposta por Leite (2001) de uma dimensão cultural da cidadania, composta basicamente de interação política dos sujeitos, participação social ativa e, conseqüentemente, acesso aos bens culturais presentes em sua comunidade.

Segundo Cremades (2009), a tecnologia e seus aparelhos móveis conectados à rede internet devolveram ao sujeito cotas de poder outrora dominadas pelo Estado e outras instituições, como a igreja e o mercado. Embora o autor

trate do poder individual advindo da liberdade de expressão dos sujeitos, os canais de comunicação proporcionados pela internet, inevitavelmente, constroem nós de interatividade nas redes sociais, considerada por Castells (2013) como componente basilar da autonomia do sujeito político, gerando condições de sobrevivência desses movimentos, ultrapassando a mera instrumentalidade comunicacional.

A partir dos conceitos elencados, analisa-se a página da plataforma *Facebook* do movimento denominado *OcupaMinc-MA*. Porém, faz-se necessário contextualizar pontos fundamentais que levaram ao início de tais movimentos de ocupação motivados pela extinção do MinC e seus desdobramentos durante os 57 dias de ocupação do prédio do IPHAN-MA.

Antes mesmo de sua efetiva extinção, instalou-se uma crise política-cultural acerca do papel do MinC na sociedade e, principalmente, no orçamento do país. O cenário de questionamento no investimento em cultura em tempos de crise financeira, atrelado a denúncias de corrupção nas ações de fomento do MinC, principalmente com uso da Lei Rouanet, assentados no terreno de instabilidade governamental na transição advinda do impedimento da Presidenta Dilma Rousseff gerou tensões e opiniões diversas no campo da cultura (BARBALHO, 2017).

As primeiras reações de agentes culturais foram vistas na carta aberta publicada em 13 de Maio de 2016 pela Associação Procure Saber, em conjunto com o Grupo de Ação Parlamentar Pró-Música (GAP), mesmo dia em que o então nomeado ministro Mendonça Filho foi taxado de “golpista” em protesto realizado no MinC por pessoas contrárias ao impedimento da presidenta. Tais mobilizações, segundo Prado (2016), impulsionaram a publicação de mais duas cartas no dia seguinte, elaboradas pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Cultura das Capitais e Regiões Metropolitanas com o título de “Manifesto contra o fim do Ministério da Cultura” e outra pela Rede de Festivais de Teatro do Brasil que denuncia o retrocesso e defende o órgão como principal desenvolvedor de políticas públicas de cultura (FRANCO, 2016).

Deste ponto em diante ocorreram inúmeras repercussões e nuances que necessitam de outro trabalho para serem discutidas, porquanto se indica a leitura do trabalho de Barbalho (2017) que descreve minuciosamente toda a trajetória de extinção à recriação do MinC e seus desdobramentos. Não obstante, destaca-se a ocupação do prédio da Fundação Nacional de Artes (Funarte), no dia 15 de maio na cidade de Belo Horizonte, a primeira que desencadeou uma série de ocupações de prédios federais espalhados pelas cidades do Brasil sob a alcunha de “OcupaMinC” que, para Franco (2016), mostra-se uma clara referência ao *Occupy* no sentido da disseminação do ato político, corroborado por Barbalho (2017) como indicativo de politização do campo cultural em virtude do seu caráter generalizado e não apenas localizado nos grandes centros urbanos de produção, circulação e consumo cultural.

Nesse contexto, artistas e agentes culturais começaram a debater pela rede social *Facebook* e então se reuniram ao entardecer do dia 18 de maio de 2016 no prédio do Reocupa a fim de deliberar quais ações seriam tomadas diante

do cenário de extinção do MinC e da conjuntura política considerada ilegítima com Michel Temer no cargo de presidente interino. É salutar pontuar que, desde seu princípio, o *OcupaMinC-MA* foi além da pauta inicial “#FicaMinC” utilizada pelas duas primeiras ocupações, haja vista que o Maranhão foi a terceira capital a ocupar o prédio federal ligado à cultura existente na cidade de São Luís.

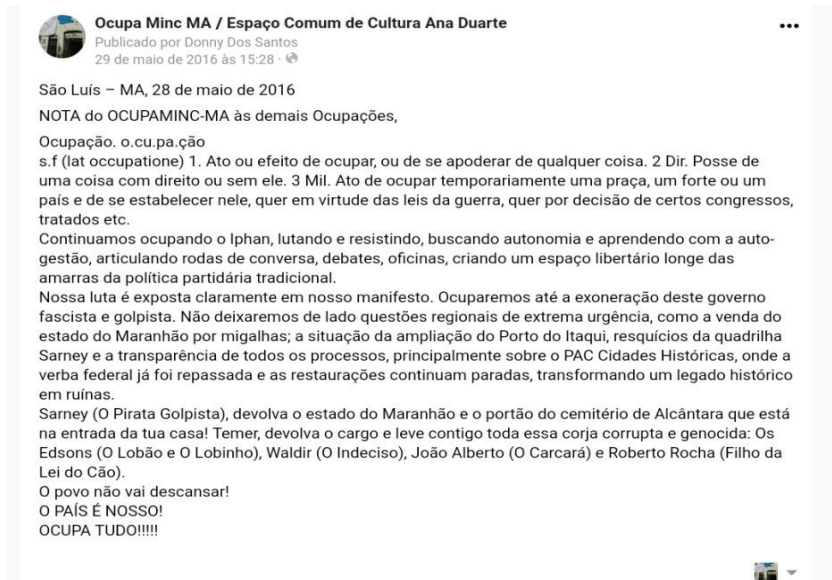
Os primeiros dias foram intensos. Muitas assembleias, muitas aulas públicas, oficinas artísticas, shows musicais, desfiles de moda, exibição de filmes, dentre outras atividades. Pode-se observar no primeiro vídeo publicado na página do *Facebook* (Figura 3) obteve um alcance de quase 30.000 pessoas de todo o Brasil, com mais de 11.000 visualizações e 183 compartilhamentos.



**Figura 3** – Primeiro ato de ocupação no Prédio do IPHAN-MA.

Fonte: *Facebook*, 2018.

Em concordância com a perspectiva geopolítica proposta por Castells (2013), na qual os movimentos são simultaneamente locais e globais, nota-se no capital social gerado pela página do *OcupaMinC-MA* que o processo desenvolveu-se pelo estímulo difundido em escala nacional a cada novo prédio ocupado, caracterizando profunda conexão pela consciência de um problema comum a todos (a extinção do MinC) mas agregando pautas locais, construindo sua própria rede e ancorados na sua particularidade organizacional, como pode ser visto na imagem abaixo (Figura 4), na qual o *OcupaMinC-MA* se coloca como exemplo para outras ocupações:



**Figura 4** – Nota do *OcupaMinC-MA* às demais ocupações.

**Fonte:** Facebook, 2018.

A nota acima foi lançada em virtude de alguns prédios estarem “semi-ocupados”, aqueles que ainda permitiam o acesso de funcionários do IPHAN e mantendo parte da rotina de trabalho do local. A repercussão gerada foi praticamente imediata, levando todas as ocupações até o momento a tomar o prédio para si e desenvolver atividades de cunho político, artístico e cultural, aproximando-se do que Cremades (2009, p. 17) chama de revolução do micropoder, enquanto “[...] um reconhecimento sem precedentes do poder que o indivíduo tem por participar de um projeto coletivo que está mudando a sociedade em que vivemos [...]”.

Através do ciberativismo, que busca mobilizar, informar e agir, tendo como suporte essencial de luta as novas tecnologias do ciberespaço, as ocupações artísticas conseguem veicular informações relevantes às suas causas (Figura 5), como arrecadação de doações para manutenção do prédio, presença do público nas atividades e divulgação, aos moldes do proposto por Lemos (2003), a fim de mobilizar pessoas para uma ação em um determinado espaço público, valendo-se da comunicação eletrônica para cooptar mais seguidores ao redor do mundo.

**Ocupa Minc MA / Espaço Comum de Cultura Ana Duarte**  
 Publicado por Donny Dos Santos [?] · 22 de junho de 2016 · 🌐

O movimento Ocupa Minc MA, após 35 dias de ocupação do prédio do IPHAN, e diante do anúncio de reintegração de posse, indicado no site do ministério da cultura, convoca artistas, movimentos sociais e toda sociedade civil (que por aqui passaram), para uma virada cultural em repúdio ao governo golpista, que não representa as classes de luta e resistência.

O Brasil vivencia um momento histórico, a luta por direitos humanos, culturais e socioeconômicos atinge todos os movimentos que foram violados em seus direitos de forma massacrante e sangrenta, num retrocesso das garantias que conquistamos com muita luta e muitas lágrimas de pessoas que batalharam e acreditaram nas minorias, seja na luta do trabalhador, na luta da diversidade sexual, da mulher, do negro, indígena, do patrimônio material e imaterial, como da juventude.

A programação inicia-se às 17h e o Ato de Luta e Luto às 19h desta quarta-feira, 22 de junho de 2016, em frente ao prédio do IPHAN-MA (Rua do Giz, 235, Centro Histórico). Venha de preto e traga uma vela. Estamos em luto, mas em luta. E a luta é de todos nós. FORA TEMER.

\*Inscreva sua participação na cultural  
 Contato: (98) 99139-0310



👤 2.003 pessoas alcançadas

🚀 Impulsionar publicação

**Figura 5** – Chamada do movimento diante da possibilidade de reintegração de posse do prédio após 35 dias de ocupação.

Fonte: Facebook, 2018.

Por fim, destaca-se que o *OcupaMinC-MA* reproduz diversas categorias propostas por Castells (2013, p. 167) acerca dos movimentos sociais na era da internet, das quais destaca-se a horizontalidade do movimento e ausência de líderes, vide a comunicação externa realizada exclusivamente por meio de manifestos assinados pela ocupação, pois “[...] a horizontalidade das redes favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal [...]”, além da presença do espaço da autonomia nas assembleias abertas, serem autorreflexivos, por estarem sempre agregando novas pautas e repensando suas posturas e, principalmente, exercendo a política em seu sentido fundamental: garantia de direitos, bem-estar social e participação direta na mudança social.

### Considerações finais

Numa sociedade plural que se intitula democrática, faz-se necessário dar espaço para as mais diversas necessidades individuais e coletivas, respeitar os lugares de fala ao passo em que se articulam direitos e deveres de toda a população, sem menosprezar nenhum nicho social. Como esse cenário ainda está distante, para não dizer utópico, os sujeitos do novo século encontraram na Internet o poder que lhes faltava para, de fato, expressar a liberdade de opinião garantida pela democracia e pressionar o Estado e as instituições diante de situações de injustiça social.

Embora haja muitos problemas advindos da internet, como os crimes virtuais, para os movimentos sociais ela mostra-se como alternativa eficaz de organização, articulação e manutenção das lutas, criando até uma proteção aos militantes, haja vista sua qualidade espaço-temporal diluída na rede, *online* e *offline*, potencializando a cidadania desses indivíduos a partir da abertura de novos canais de engajamento político, permitindo participação ativa dos sujeitos nos debates de questões nacionais e internacionais.

Nesse sentido, o *OcupaMinC-MA* tornou-se um marco do campo da cultura maranhense em virtude da sua efetividade de mobilização e democratização dos bens culturais durante sua existência. Seu longo alcance às demais ocupações, por vezes pioneira em determinadas posturas políticas de fortalecimento do movimento, deixa um legado para o Estado de novas formas de resistência e luta por direitos culturais. A riqueza de conteúdo gerado em sua página do *Facebook* é passível de diversas análises por diversos olhares da ciência, assim como sinaliza a necessidade de estudos referentes às ocupações artísticas e aos novos movimentos sociais em rede como um todo.

---

### ***Network ciber-citizenship: mobilization and virtual articulation of the ocupaminc-ma movement***

#### ***Abstract***

*Reflection upon cyber-citizenship in a network developed by the movement OcupaMinC-MA. This study aims to analyze its organization focusing on the articulation forms in the virtual environment. It presents reflections on processes, categories and practices inherent in the forms of social organization network. It also analyzes the official page of such occupation on Facebook in order to verify the mechanisms of cyber-activism and cyber-citizenship that the movement used to articulate its protests, allied to the theoretical framework of authors like Lévy (1999, 2002, 2003, 2017), Castells (2013), Cremades (2009), Di Felice (2013), Duran (2008), Kunsch (2018), Recuero (2005), Santos (2013), among others, discussing notions of cyber culture, virtual communities, cyber-citizenship, cyberspace, micro power, artistic occupations and basic concepts on social movements. It results in the perception of the OccupyMinC-MA as a movement of artistic occupation that used cyber-activism as a tool for mobilization and social articulation, with potential for new studies of the content produced on its Facebook page to understand the concept of cyber-citizenship.*

***Keywords:*** *OcupaMinC-MA. Network society. Artistic Occupation. Cyber-citizenship. Extinction of MinC.*

---

## Referências

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Pol. Cult. Rev.**, Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017.

BOGO, Ademar. **Identidade e Lutas de Classe**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271 p.

CREMADES, Javier. **Micropoder: a força do cidadão na era digital**. Tradução de Edgar Charles. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2009.

DI FELICE, M. Ser redes: formismo digital dos movimentos net-ativistas. **Matrizes**, São Paulo, ano 7, n. 2, p. 49-71, jul./dez. 2013.

DURÁN, María-Ángeles. **La Ciudad Compartida: conocimiento, afecto y uso**. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2008.

FRANCO, L. Marieta Severo, Leoni e outros artistas armam resistência contra fim do MinC. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 maio 2016b. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1772035-artistas-contrarios-a-extincao-do-minc-planejam-resistencia.shtml>>. Acesso em: 22 de jun. de 2016.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2006.

GARTON, L.; HARTHORNTHWAITE, C.; WELLMAN, B. **Studying Online Social Networks**. Journal of Computer Mediated Communication, v. 3, issue 1 (1997). Disponível em: <<http://www.ascusc.org/jcmc/vol3/issue1/garton.html>>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação intercultural e cidadania em tempos de globalização. In: MARTINS, Moisés de Lemos. **A internacionalização das comunidades lusófonas e ibero-americanas de ciências sociais e humanas**. Porto: Humus, 2018, p. 337-354.

LEITE, Rogério Proença de Sousa. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo**. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: [s. n.], 2001.

LEMOS, A. As estruturas antropológicas do ciberespaço. In: **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 2003.

\_\_\_\_\_. **Ciberdemocracia**. Tradução de Alexandre Emílio. Lisboa: Epistemologia e Sociedade, 2002.

\_\_\_\_\_. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. 2. ed. 2. reimp. São Paulo: Editora 34, 2017.

MIZRUCHI, M. S. **Análise de redes sociais:** avanços recentes e controvérsias atuais. *Revista de Administração de Empresas*, v.46, n.3, p.10-15, 2006.

PRADO, C. Fim do MinC vai gerar economia pífia, dizem artistas em carta a Temer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 maio 2016. Ilustrada. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2016/05/1770962-fim-do-minc-vai-gerar-economia-pifia-dizem-artistas-em-carta-a-temer.shtml>>. Acesso em: 12 de jul. de 2018.

RECUERO, R. **Comunidades Virtuais em Redes Sociais na Internet:** Uma proposta de estudo. *Ecompos, Internet*, v. 4, n. Dez 2005, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

TAJRA, S. **Comunidades Virtuais:** um fenômeno social autopoietico na sociedade do conhecimento. Dissertação (Mestrado). PUC/SP - Brasil, 2002. Disponível em: <<http://tajratecnologias.com.br/sanmya/artigos/>>. Acesso em: 06 de abril de 2018.

TAVARES, Viviane. O papel das redes sociais na primavera árabe de 2011: implicações para a ordem internacional. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2012/11/06o-papel-das-redes-sociais-na-primavera-arabe-de-2001-implicacoes-para-a-ordem-internacional-por-viviane-brunelly-araujo-tavares/>>. Acesso em: 10 de out. de 2018.

UCHOA, Pablo. O que o movimento ‘Occupy’ tem a ver com os protestos no Brasil. *BBC News*. Washington, 2013. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625\\_impacto\\_occupy\\_gm](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130625_impacto_occupy_gm)>. Acesso em: 12 de jun. de 2018.

WAARDEN, F. V. **Dimensions and types of policy networks**. *European Journal of Political Research*, v.21, p.29-52, 1992.

SILVA, Luiz Martins da. **Sociedade, esfera pública e agendamento**. In: BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia. (Org.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2007, v. 1, p. 84-104.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

XAVIER, Marcos Antonio de Moraes. Lugar, corporeidade e política: reflexões a partir o net-ativismo em redes sociais *online*. **GEOUSP (online)**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 551-567, set./dez. 2016.

Data de submissão: 15/10/18

Data de aceite: 25/11/2018